



1º Simulado

TJICE

Oficial de Justiça

Pós-Edital

Simulado Especial

Simulado TJ CE – Oficial de Justiça – Pós Edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ CE;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no conteúdo programático;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/TJ-CE-Oficial-de-justiça-05-06>

- | | |
|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 31 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 32 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 33 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 34 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 35 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 36 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 37 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 38 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 39 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 40 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 41 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 42 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 43 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 44 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 45 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 46 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 47 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 48 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 49 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 50 – A B C D E |
| 21 – A B C D E | 51 – A B C D E |
| 22 – A B C D E | 52 – A B C D E |
| 23 – A B C D E | 53 – A B C D E |
| 24 – A B C D E | 54 – A B C D E |
| 25 – A B C D E | 55 – A B C D E |
| 26 – A B C D E | 56 – A B C D E |
| 27 – A B C D E | 57 – A B C D E |
| 28 – A B C D E | 58 – A B C D E |
| 29 – A B C D E | 59 – A B C D E |
| 30 – A B C D E | 60 – A B C D E |

CONHECIMENTOS GERAIS**PORTUGUÊS**

Patrícia Manzato

Instrução: As questões 1 a 5 referem-se ao texto abaixo.

Temos, então uma definição de democracia antiga e outra moderna. Vejamos ambas. A democracia antiga concerne ao aspecto jurídico e institucional do regime. Trata-se da democracia como sistema que permite a resolução dos conflitos entre os grupos constitutivos da sociedade por meios não-violentos: a discussão e as decisões tomadas com o consentimento de todos os cidadãos (CANIVEZ, 1999, p. 199). Já a segunda definição repousa sobre a ligação entre democracia e progresso, tanto no plano material, como no moral, educativo, cultural, etc. (CANIVEZ, 1999, p. 201).

Na democracia clássica, o ordenamento político grego ideal ignorava a ideia de progresso na história. Não fazia parte de seu vocabulário político a noção de tensões revolucionárias. Seus cidadãos ideais eram mestres auto-suficientes dos próprios desejos. Se o Estado moderno almeja a estabilidade política pela satisfação dos desejos razoáveis dos seus cidadãos, a democracia grega pressupunha uma supressão racional dos desejos (WEIL, 1993, p. 116).

Já a democracia formal do século XIX se caracteriza pela doutrina ortodoxa do liberalismo, que supõe, nos diz Weil (1993, p. 116-7) com um otimismo quase naturalista, que o livre jogo de forças e de interesses contribuiria, graças a uma espécie de necessidade natural, para promover a maior quantidade de bem para o maior número possível em uma sociedade não-violenta.

Para Weil (1993, p. 115) a democracia moderna é de um sistema de governo que resolve por meios não-violentos os conflitos que opõe grupos diferentes; sistema no qual as decisões políticas são tomadas com a colaboração de todos os cidadãos, ou, pelo menos, da maioria, sob seu controle direto ou indireto. Nesse sistema, a administração da coisa pública é garantida e regulada por uma forma de direito que todos são levados a respeitar: a Constituição.

Adaptado de SOARES, Daniel. "A discussão sobre a democracia a partir de Eric Weil". Disponível em

<<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/kinesis/article/view/9132>>.

01. Ao constituir uma visão da democracia moderna, o filósofo Eric Weil

- a) enfatiza a manutenção dos padrões democráticos gregos na contemporaneidade.
- b) leva em conta, como critério fundamental para seu desenvolvimento, a exaltação da liberdade.
- c) faz reconhecer a evolução para um sistema que mantém o poder, mas compartilha decisões com, pelo menos, a maioria dos cidadãos.
- d) aponta como único caminho para o controle e organização das sociedades atuais.
- e) salienta a importância que a Grécia e as nações liberais tiveram na construção das grandes democracias.

02. Estabelecem entre si uma relação de contraste os seguintes segmentos:

- a) (...) *permite a resolução dos conflitos entre os grupos constitutivos da sociedade / (...) ligação entre democracia e progresso (...)*;
- b) *ignorava a ideia de progresso na história. (...) / (...) cidadãos ideais eram mestres autossuficientes dos próprios desejos (...)*;
- c) *o livre jogo de forças e de interesses (...) / (...) graças a uma espécie de necessidade natural (...)*;
- d) (...) *um sistema de governo que resolve por meios não-violentos os conflitos (...) / (...) as decisões políticas são tomadas com a colaboração de todos os cidadãos.*;
- e) (...) *promover a maior quantidade de bem para o maior número possível em uma sociedade não-violenta (...) / (...) a administração da coisa pública é garantida e regulada.*

03. Há forma verbal na voz passiva e adequada articulação entre os tempos e os modos verbais na frase:

- a) Criou-se uma imagem nostálgica da democracia grega, que ainda se perpetua na sociedade atual.
- b) Não se trata de reconstruir a democracia, mas de adequá-la ao contexto atual.
- c) Era de se esperar que houvessem diferenças entre a visão grega e a liberar sobre a função da democracia.

- d) Fossem menos violentas as medidas liberais no século XIX, possivelmente hoje não tivéssemos uma visão tão distorcida.
- e) Ainda que os políticos do século XX viessem a pensar de forma diferente, o sistema democrático continuaria a ser rebatido por diferentes classes e grupos.

04. *Trata-se da democracia como sistema que permite a resolução dos conflitos entre os grupos constitutivos da sociedade por meios não-violentos.*

A frase acima permanecerá coerente, coesa e correta caso se substitua o segmento “*que permite a resolução dos conflitos entre os grupos constitutivos da sociedade por meios não-violentos*” por

- a) cuja resolução de conflitos entre grupos constitutivos da sociedade fosse permitida por meios não violentos;
- b) do qual a resolução de conflitos dos grupos constitutivos da sociedade permite-se por meios não violentos;
- c) do qual a resolução de conflitos dos grupos constitutivos da sociedade é permitida por meios não violentos;
- d) em que a resolução de conflitos entre grupos constitutivos da sociedade é permitida por meios não violentos;
- e) em cuja resolução de conflitos entre grupos constitutivos da sociedade é permitida por meios não violentos.

05. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:

- a) Por mais que esperem, tem democracia que não consegue se desenvolver com meios não violentos.
- b) O autor do texto está convicto sobre a evolução da democracia, inclusive sobre o padrão seguido distinto das democracias grega e liberal.
- c) Argumentam-se no texto que a democracia evolui de um aspecto no regime político para um sistema complexo.
- d) A menos que houvessem mais formas de se desenvolver, a democracia liberal continuaria a ser ortodoxa.

- e) Às expectativas e provisões de políticos devem corresponder seu sistema democrático, para que os cidadãos participem direta ou indiretamente.

Instrução: As questões 6 a 10 referem-se ao texto abaixo.

Conversávamos sobre saudade. E de repente me apercebi de que não tenho saudade de nada. Isso independente de qualquer recordação de felicidade ou de tristeza, de tempo mais feliz, menos feliz. Saudade de nada. Nem da infância querida, nem sequer das borboletas azuis, Casimiro.

Nem mesmo de quem morreu. De quem morreu sinto é falta, o prejuízo da perda, a ausência. A vontade da presença, mas não no passado, e sim presença atual.

Saudade será isso? Queria tê-los aqui, agora. Voltar atrás? Acho que não, nem com eles.

A vida é uma coisa que tem de passar, uma obrigação de que é preciso dar conta. Uma dívida que se vai pagando todos os meses, todos os dias. Parece loucura lamentar o tempo em que se devia muito mais.

Queria ter palavras boas, eficientes, para explicar como é isso de não ter saudades; fazer sentir que estou exprimindo um sentimento real, a humilde, a nua verdade. Você insinua a suspeita de que talvez seja isso uma atitude.

Meu Deus, acha-me capaz de atitudes, pensa que eu me rebaixaria a isso? Pois então eu lhe digo que essa capacidade de morrer de saudades, creio que ela só afeta a quem não cresceu direito; feito uma cobra que se sentisse melhor na pele antiga, não se acomodasse nunca à pele nova. Mas nós, como é que vamos ter saudades de um trapo velho que não nos cabe mais?

Fala que saudade é sensação de perda. Pois é. E eu lhe digo que, pessoalmente, não sinto que perdi nada. Gastei, gastei tempo, emoções, corpo e alma. E gastar não é perder, é usar até consumir.

Adaptado de QUEIROZ, Raquel de. “A velha amiga”.

06. Em síntese, depreende-se da leitura do texto que:

- a) a autora, por mais que não consiga definir com exatidão o sentimento de saudade, o tem para si de forma bastante clara;
- b) o sentimento de nostalgia no texto é tão enfático que sobrepõe a saudade que a autora sente do que já viveu;
- c) a autora não tem boas lembranças de seu passado, por isso encara a saudade como algo negativo, desnecessário;

- d) a autora distingue sentir saudade de ter recordações, pois tem para si que saudade é algo negativo, que não lhe pertence;
- e) a reflexão sobre sentir saudade faz referência ao sentimento das pessoas que já viveram muitas experiências.

07. I considerável impressão de que a descrição da autora frente II sua experiência do sentimento “saudade” e vivência de situações e com pessoas queridas pode ser ainda melhor engendrada por III que possuem a mesma memória imagética.

Preenchem corretamente as lacunas I, II e III da frase acima:

- a) a – à – àqueles
b) há – a – aqueles
c) há – à – àqueles
d) a – a – aqueles
e) à – a – àqueles.

08. A pontuação se mantém correta no seguinte segmento adaptado do texto:

- a) Agora é possível entender, por que todos seguem a vida de forma nostálgica.
- b) A autora, sentia tanta falta dos seus entes queridos que os queria de volta à vida.
- c) Não se havia notícia, de como as pessoas poderiam sentir saudade, como cobras que sentem falta, da pele anterior.
- d) Percebe-se que a saudade é um sentimento ambíguo - Para alguns é nostalgia, e para outros, em contraste, é desperdício.
- e) Recolhe-se a autora, na esperança de se entender, em suas memórias, como algo muito bem gasto, e não perdido.

09. *E eu lhe digo que, pessoalmente, não sinto que perdi nada.*

O segmento sublinhado acima exerce a mesma função sintática daquele sublinhado em:

- a) Isso independente de qualquer recordação de felicidade ou de tristeza (...);

- b) De quem morreu sinto é falta (...);
- c) Voltar atrás? Acho que não, nem com eles.;
- d) Parece loucura lamentar o tempo em que se devia muito mais.;
- e) Fala que saudade é sensação de perda.

10. É própria da linguagem conotativa a expressão sublinhada em:

- a) *Conversávamos sobre saudade.*;
- b) *Nem da infância querida, nem sequer das borboletas azuis, Casimiro.*;
- c) *fazer sentir que estou exprimindo um sentimento real, a humilde, a nua verdade.*;
- d) *Você insinua a suspeita de que talvez seja isso uma atitude.*;
- e) *Fala que saudade é sensação de perda.*

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

Carlos Henrique

11. Uma mulher entra numa livraria e compra um livro . O livro custa 80 reais e a mulher paga com uma nota de 100 reais. Sem troco, o dono da livraria vai até o açougue e troca a nota de 100 por 5 notas de 20 reais. A linda mulher leva o livro e 1 nota de 20 reais. Em seguida, na livraria, entra o açougueiro furioso dizendo que a nota de 100 reais é falsa. Resignado, o dono da livraria troca a nota falsa por outra de 100, verdadeira. O prejuízo do dono da livraria, em reais, SEM CONTAR O VALOR DO LIVRO, foi

- a) 20
b) 80
c) 100
d) 120
e) 180

12. Dado um número inteiro, são permitidas as seguintes operações: “duplicá-lo” ou “aumentá-lo de uma unidade”. Partindo do número zero, qual o menor número de operações de que você necessita para atingir o número 100?

- a) 8

- b) 9
- c) 10
- d) 11
- e) 12

13. Um relógio de ponteiros atrasa 2 minutos por dia. Acertando-o hoje, 1 de outubro de 2022, ele voltará a marcar a hora certa no dia:

- a) 23 de setembro de 2023
- b) 24 de setembro de 2023
- c) 25 de setembro de 2023
- d) 26 de setembro de 2023
- e) 27 de setembro de 2023

14. Cinco rapazes foram acusados de comer a rapadura de João. João, irritadíssimo, os questiona esbravejando.

- “Eu não fui”, responde Karlos.
- “Foi o Erico”, garantiu Marcos.
- “Foi o Juvenal”, disse Erico.
- “O Marcos está mentindo”, retrucou Juvenal.
- “O Karlos está falando a verdade”, disse Roberto.

Sabe-se que apenas um dos rapazes mentiu e somente um deles comeu a rapadura de João.

Diante do exposto, pode-se concluir que quem comeu a rapadura foi:

- a) Karlos
- b) Marcos
- c) Erico
- d) Juvenal
- e) Roberto

15. A negação lógica da afirmação – ‘Se acabou a comida ou não tive tempo, então fui trabalhar com fome’ –, é:

- a) Acabou a comida, e não tive tempo, e não fui trabalhar com fome.
- b) Se não acabou a comida e tive tempo, então não fui trabalhar com fome.
- c) Se não fui trabalhar com fome, então tive tempo e não acabou a comida.
- d) Não acabou a comida e tive tempo, e fui trabalhar com fome.
- e) Acabou a comida ou não tive tempo, e não fui trabalhar com fome.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Antônio Daud

16. São princípios e valores fundamentais a serem observados pelos servidores do Poder Judiciário do Ceará, EXCETO:

- a) legalidade, a impessoalidade, a moralidade e a transparência.
- b) honestidade, a dignidade, o respeito e o decoro.
- c) neutralidade político-partidária, religiosa e ideológica.
- d) sigilo profissional.
- e) independência, a objetividade e a parcialidade.

17. De acordo com disposição expressa na Resolução 8/2017 do órgão especial, NÃO é vedado ao servidor do Judiciário cearense:

- a) exercer advocacia judicial ou administrativa.
- b) atribuir a outrem erro próprio.
- c) apresentar-se embriagado fora do trabalho, em situações que comprometam a imagem pessoal e, por via reflexa, a institucional.
- d) manifestar-se em nome do Poder Judiciário do Estado do Ceará, quando houver alinhamento aos termos da política interna de comunicação social e adequada autorização.
- e) manter sob subordinação hierárquica, em cargo ou função de confiança, o seu cônjuge ou companheiro ou qualquer parente seu, consaguíneo ou afim, em linha reta, ou na linha colateral até o terceiro grau.

18. No que se refere à ética no serviço público, assinale a alternativa correta:

- a) A ética se ocupa dos hábitos e costumes de determinados grupos sociais, possuindo caráter temporário e mutável.
- b) Para a ética finalista, o comportamento humano é movido por uma força, pautando-se naquilo que move a conduta humana.
- c) A moral consiste em ramo da filosofia que tem por objetivo o estudo da ética.
- d) A moralidade administrativa, dada sua conotação subjetiva, depende das convicções e concepções pessoais do agente público, razão pela qual não possui dimensão jurídica.

e) A ética, em geral considerada imutável e permanente, consiste no ramo da filosofia que estuda a moral, enquanto conjunto de valores e princípios de determinado indivíduo ou sociedade.

19. NÃO configura conflito de interesse ou conduta aética, segundo a Resolução 8/2017 do órgão especial, a seguinte situação:

- a) investir em bens cujo valor ou cotação possa ser afetado por decisão ou política governamental a respeito da qual tais servidores tenham informações privilegiadas, em razão do cargo ou função.
- b) aceitar custeio de despesas por particulares de forma a permitir configuração de situação que venha influenciar nas decisões administrativas.
- c) divulgar ou fazer uso de informação privilegiada, em proveito próprio ou de terceiro, obtida em razão das atividades exercidas.
- d) atuar, ainda que informalmente, como procurador, consultor, assessor ou intermediário de interesses privados nos órgãos ou entidades da Administração Pública.
- e) fazer indicação política, na condição de detentor de mandato eletivo, de pessoas para ocupar cargos em comissão na Administração Pública direta.

20. A violação das normas estipuladas no Código de Ética dos servidores do Judiciário cearense acarretará a(s) penalidade(s) de:

- a) censura ou advertência.
- b) censura, apenas.
- c) advertência, apenas.
- d) censura ou suspensão.
- e) advertência, suspensão ou demissão.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Emerson Bruno

21. Segundo o artigo 4º da Constituição Federal brasileira, a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais por diversos princípios, NÃO sendo um desses princípios a

- a) garantia do desenvolvimento nacional.

- b) independência nacional.
- c) autodeterminação dos povos.
- d) não intervenção.
- e) concessão de asilo político.

22. Adão desmaiou no jardim de sua casa no momento em que Adelina transitava na frente do imóvel. A pedestre então empurrou o portão e adentrou o imóvel, durante a noite, para prestar socorro a Adão. De acordo com a Constituição Federal, Adelina:

- a) não agiu corretamente, pois não podia ter entrado no imóvel de Adão, já que a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador.
- b) agiu corretamente, pois podia ter penetrado no imóvel de Adão, já que o fez para lhe prestar socorro.
- c) não agiu corretamente, pois podia ter entrado no imóvel de Adão apenas no caso de flagrante delito, já que a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador.
- d) agiu corretamente, pois é permitida a penetração no imóvel de Adão sem o seu consentimento apenas para prestar socorro e por determinação judicial em qualquer horário, seja durante o dia ou à noite.
- e) não agiu corretamente, pois podia ter entrado no imóvel de Adão apenas com a sua permissão ou, durante o dia, por determinação judicial, já que a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador.

23. A Constituição Federal prevê, expressamente, dentre os direitos sociais, que é direito dos trabalhadores urbanos e rurais, a

- a) redução do salário proporcional a diminuição do trabalho limitada em 10%.
- b) redução do salário proporcional a diminuição do trabalho limitada em 30%.
- c) redução do salário proporcional a diminuição do trabalho limitada em 15%.
- d) irredutibilidade do salário, salvo o disposto em acordo coletivo, sendo vedada a convenção coletiva estipular qualquer tipo de redução salarial.

e) irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.

24. O artigo 18 da Constituição Federal determina que a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos nos termos da Constituição. É correto extrair dessa norma constitucional, entre outras conclusões, que

a) não poderão ser criados novos Estados-membros além dos já previstos na Constituição Federal.

b) aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios foi assegurado o exercício das competências legislativas e administrativas atribuídas à União.

c) os Municípios estão sujeitos às normas da Constituição Federal, mas não às da Constituição do seu respectivo Estado.

d) a criação de territórios federais é vedada.

e) os territórios federais não são dotados de autonomia política.

25. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

a) trânsito e transporte.

b) política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores.

c) responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

d) sistemas de consórcios e sorteios.

e) organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões.

26. Sobre as garantias constitucionais que gozam os juízes e sobre as vedações as quais estão submetidos, é correto afirmar que:

a) a vitaliciedade é adquirida na posse.

b) a irredutibilidade de subsídio é absoluta.

c) podem exercer atividade político-partidária.

d) podem ser submetidos a ato de remoção por motivo de interesse público.

e) podem exercer qualquer outro cargo ou função se estiverem em disponibilidade.

27. Marta, Joaquim e Godofredo são juízes de direito que estão buscando promoção de entrância para entrância. Considerando que Marta figurou por três vezes consecutivas em lista de merecimento; Joaquim figurou por cinco vezes alternadas também em lista de merecimento e Godofredo figurou por duas vezes consecutivas também em lista de merecimento, de acordo com a Constituição Federal brasileira, será obrigatória a promoção de:

a) Joaquim, apenas.

b) Marta, apenas.

c) Marta e Godofredo, apenas.

d) Marta, Joaquim e Godofredo.

e) Marta e Joaquim, apenas.

28. A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de _____ anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

a) 25 anos.

b) 30 anos.

c) 35 anos.

d) 40 anos.

e) 21 anos.

29. De acordo com o previsto na Constituição da República, processar e julgar originariamente a extradição solicitada por Estado estrangeiro, é uma competência.

a) dos Juízes Federais.

b) do Superior Tribunal de Justiça.

c) dos Tribunais Regionais Federais.

d) do Tribunal Superior Eleitoral.

e) do Supremo Tribunal Federal.

30. O Ministério Público do Estado X recebeu representação dando conta de que o supermercado Beta, de forma recorrente, estava vendendo alimentos impróprios para o consumo e fora da validade. Na esfera extrapenal, o Ministério Público instaurou o procedimento próprio cabível e reuniu provas ratificando os fatos noticiados. Assim sendo, deve o promotor de Justiça:

- a) impetrar mandado de segurança individual em face do supermercado Beta;
- b) impetrar mandado de segurança coletivo em face do supermercado Beta;
- c) ajuizar representação de inconstitucionalidade em face do supermercado Beta;
- d) ajuizar ação civil pública em face do supermercado Beta;
- e) ajuizar ação popular em face do supermercado Beta.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

31. Doquinha, servidor público federal, recebeu vantagem econômica no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para deixar de elaborar parecer que estava obrigado a fazer sobre determinada obra pública que não havia sido concluída por empresa contratada para realizá-la. Após tomar conhecimento dos fatos, a autoridade competente mandou instaurar comissão para apurá-los. Ocorre que, após a instauração do processo de apuração, Doquinha veio a falecer, deixando um único herdeiro, Coxinha, recebendo herança que ficou calculada em R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais). Nesse caso, de acordo com a Lei nº 8.429/1992, Coxinha

- a) não estará obrigado a arcar com valor algum, pois a ação de seu pai é intransferível, devendo o processo ser extinto.
- b) não estará obrigado a arcar com valor que supere o valor da herança que lhe foi transferida, por expressa previsão legal.
- c) estará obrigado a arcar com o valor integral do valor recebido ilicitamente por Doquinha, por expressa previsão legal.
- d) estará obrigado a arcar com até 10% do valor recebido ilicitamente por Doquinha, por expressa previsão legal.

e) estará obrigado a arcar com até 50% do valor recebido ilicitamente por Doquinha, por expressa previsão legal.

32. O Estado de Fabianópolis planeja criar uma entidade integrante da administração indireta destinada a fiscalizar e regular serviços públicos de saneamento básico prestados no Estado. Para isso, deverá criar uma

- a) agência reguladora, cuja criação deverá se dar por meio de lei específica, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e poderes regulatórios.
- b) fundação pública, cuja criação deverá ser autorizada por lei, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com autonomia administrativa e poderes regulatórios.
- c) empresa pública, cuja criação deverá se dar por meio de lei específica, dotada de personalidade jurídica de direito público, sem autonomia administrativa e poderes sancionatórios.
- d) agência executiva, cuja criação deverá se dar por meio de lei específica, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e poderes regulatórios.
- e) sociedade de economia mista, cuja criação deverá ser autorizada por lei, dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem autonomia administrativa e poderes sancionatórios.

33. Coxinha planeja abrir um restaurante com a realização de shows artísticos na orla da praia da cidade de Fabianópolis e para isso requereu junto à repartição municipal competente documento para que o estabelecimento fosse construído imediatamente. Sabe-se que, caso Coxinha atenda aos requisitos necessários estabelecidos em lei, possui direito subjetivo à expedição desse documento. Nesse caso, o documento requerido é espécie de ato administrativo

- a) ordinatório.
- b) enunciativo.
- c) normativo.
- d) punitivo.
- e) negocial.

34. Doquinha é funcionário público civil do Poder Executivo e, entre os meses de janeiro e fevereiro de 2022, faltou ao serviço, sem justa causa, por trinta e cinco dias consecutivos. A propósito desse aspecto, a Lei nº 9.826/1974 estabelece que deverá ser-lhe aplicada a penalidade de

- a) suspensão, por até noventa dias, podendo ser convertida em multa na razão de cinquenta por cento por dia de vencimento, devendo ser precedida de procedimento disciplinar.
- b) repreensão, devendo ser precedida de procedimento disciplinar, formulada por escrito e aplicada pelo chefe do Poder Executivo.
- c) demissão, que deverá ser precedida de procedimento disciplinar, no qual seja assegurada ampla defesa a Doquinha, aplicada pelo chefe do Poder Executivo.
- d) advertência, sendo prescindível procedimento disciplinar, formulada por escrito e aplicada pelo chefe do Poder Legislativo.
- e) demissão, prescindindo-se de prévio procedimento disciplinar, aplicada pelo chefe do Poder Executivo.

35. Sobre o tema “poderes da Administração Pública”, é correto afirmar que

- a) o poder disciplinar permite que a Administração aplique sanções a pessoas que não lhes sejam subordinadas, desde que estejam vinculadas a ela por um vínculo jurídico específico.
- b) é verificado excesso de poder quando a autoridade pratica ato com vício de finalidade.
- c) o poder regulamentar permite a edição de atos que criem obrigações a particulares ou que contrariem disposição legal, desde que para atender ao interesse público.
- d) a mera omissão administrativa relativamente à prática de determinado ato configura abuso de poder.
- e) o poder de polícia é exercido por pessoas jurídicas de direito público, vedada sua delegação a pessoas jurídicas de direito privado, ainda que integrantes da Administração Pública.

36. A autarquia ou fundação pública que celebrar contrato de gestão e ser submetida a um regime jurídico especial, que tenha por objetivo aumentar a produtividade e a eficiência na execução de suas atividades, é denominada de:

- a) Agência Reguladora.
- b) Organização Social.
- c) Agência Executiva.
- d) Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
- e) Serviço Social Autônomo.

37. Acerca dos contratos administrativos, a Lei nº 8.666/1993 – Lei de Licitações e Contratos – estatui que

- a) constitui motivo para rescisão do contrato o atraso superior a 60 dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obra já executada, podendo ser determinada por ato unilateral da Administração.
- b) a Administração é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- c) a rescisão contratual em razão da ocorrência de caso fortuito que impeça a execução contratual garante ao contratado o ressarcimento do prejuízo que houver sofrido, desde que não haja sua culpa.
- d) o contratado deverá promover, sempre diretamente, a execução do contrato, sendo-lhe vedado subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento.
- e) constitui motivo para rescisão do contrato a alteração social da empresa, que prejudique a execução do contrato, sendo necessário que ocorra de modo amigável.

38. A Rua da Alegria, que fica no Município de Fabianópolis, pertencente ao Estado de Fabianolândia, não possui rondas policiais periódicas e, sabendo disso, criminosos locais aproveitam para praticar delitos, principalmente roubos e furtos. Doquinha, munícipe fabianopolense, passava por essa rua quando foi abordado por dois homens, que lhe tomaram, sob ameaça, seus pertences. Posteriormente, Doquinha se deslocou até a Polícia Civil do Estado de Fabianolândia, a fim de registrar um Boletim de Ocorrência, momento no qual constatou que diversos cidadãos haviam sofrido diversos crimes no mesmo local, para o que também

registraram Boletins de Ocorrência. É fato que, mesmo após as denúncias promovidas, o Estado de Fabianolândia não alterou o número de rondas realizadas na Rua da Alegria. Diante desse cenário, sobre o tema da Responsabilidade Civil do Estado, é correto afirmar que

- a) está caracterizada a responsabilidade civil subjetiva da Polícia Civil do Estado de Fabianolândia, cuja comprovação de dolo ou culpa é imprescindível;
- b) está caracterizada a responsabilidade civil subjetiva do Estado de Fabianolândia, cuja comprovação de dolo ou culpa é imprescindível;
- c) não há responsabilidade do Estado de Fabianolândia, tendo em vista que somente ocorrerá nos casos de atos comissivos;
- d) está caracterizada a responsabilidade civil objetiva da Polícia Civil do Estado de Fabianolândia, cuja comprovação de dolo ou culpa é prescindível;
- e) está caracterizada a responsabilidade civil objetiva do Estado de Fabianolândia, cuja comprovação de dolo ou culpa é prescindível.

39. Em matéria de bens públicos, consideram-se como tais os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno. É característica que os diferem dos bens particulares a

- a) inalienabilidade restrita, não sendo possível a alienação de bens públicos de qualquer natureza.
- b) onerabilidade, admitindo-se que os bens públicos sejam fornecidos como garantia ao pagamento de determinada obrigação.
- c) alienabilidade, desde que os bens públicos estejam afetados.
- d) imprescritibilidade, que garante ao bem público a impossibilidade de ser adquirido mediante usucapião.
- e) penhorabilidade, admitindo-se que eventual penhora judicial recaia sobre os bens públicos das pessoas jurídicas de direito público.

40. Constitui hipótese de dispensa de licitação, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a contratação

- a) cujo valor estimado seja de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para a execução de obra de engenharia.

- b) para aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.
- c) de objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.
- d) de serviço técnico especializado de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, de natureza predominantemente intelectual, e com profissionais de notória especialização.
- e) de profissional do setor artístico, por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

41. Com relação à extinção dos contratos, assinale a alternativa correta.

- a) O distrato deve se formalizar por escritura pública ou instrumento particular.
- b) A resolução unilateral se opera mediante denúncia notificada à outra parte.
- c) A cláusula resolutiva tácita opera-se por interpelação judicial.
- d) A parte lesada pelo inadimplemento pode pedir a resolução do contrato, se não preferir exigir-lhe o cumprimento, cabendo, apenas no primeiro caso, indenização por perdas e danos.
- e) A resolução por onerosidade excessiva deve ser decretada, ainda o réu se ofereça a modificar equitativamente as condições do contrato.

42. Com relação ao usufruto, assinale a alternativa correta.

- a) O usufruto pode alienado pelo usufrutuário a terceiros.
- b) Em caso de morte do usufrutuário, o usufruto transmite-se aos seus herdeiros.
- c) Os frutos naturais pendentes, ao tempo em que cessa o usufruto, pertencem ao usufrutuário.
- d) O usufrutuário não é obrigado a pagar as deteriorações resultantes do exercício regular do usufruto.
- e) O usufruto constituído por prazo indeterminado em favor de pessoa jurídica extingue-se após decorridos dez anos.

43. Com relação à sucessão em geral e testamentária, assinale a alternativa correta.

- a) Na sucessão testamentária, só podem ser chamados a suceder as pessoas nascidas ou concebidas à época da abertura da sucessão.
- b) O concubino do testador casado pode ser nomeado como herdeiro testamentário, desde que observado o limite da quota disponível do testador.
- c) Na sucessão legítima, a parte do herdeiro renunciante acresce aos seus descendentes.
- d) A renúncia à herança pode ser revogada em até 180 dias, a contar do ato renunciativo.
- e) O descendente do herdeiro excluído por indignidade pode ser chamado a suceder por representação.

DIREITO EMPRESARIAL

Cadu Carrilho

44. Acerca do posicionamento legal a respeito do conceito de empresa e empresário, marque a opção correta:

- a) Não se considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.
- b) É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas da respectiva sede, antes do início de sua atividade.
- c) O empresário que instituir sucursal, filial ou agência, em lugar sujeito à jurisdição de outro Registro Público de Empresas Mercantis, neste deverá também inscrevê-la, com a prova da inscrição originária e em qualquer caso, a constituição do estabelecimento secundário deverá ser averbada no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede.
- d) A lei assegurará tratamento favorecido, diferenciado e simplificado ao empresário rural e ao microempresário ou ao empresário de pequeno porte, quanto à inscrição e aos efeitos daí decorrentes.
- e) O empresário, cuja atividade rural constitua sua principal profissão, pode, observadas as formalidades de que tratam o art. 968 e seus parágrafos, requerer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, caso em que, depois de inscrito, ficará

equiparado, para todos os efeitos, ao empresário sujeito a registro, essa mesma situação não se aplica à associação que desenvolva atividade futebolística em caráter habitual e profissional, caso em que, com a inscrição, será considerada empresária, para todos os efeitos.

45. O Código Civil prevê regramento específico a respeito do Estabelecimento, considerado um instituto complementar, sobre esse tema, marque a opção que coaduna com a previsão legislativa:

- a) Considera-se estabelecimento todo complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária, não se confunde com o local onde se exerce a atividade empresarial, que poderá ser físico ou virtual.
- b) O contrato que tenha por objeto a alienação, o usufruto ou arrendamento do estabelecimento, só produzirá efeitos quanto a terceiros depois de averbado à margem da inscrição do empresário, ou da sociedade empresária, no Registro Público de Empresas Mercantis, e de publicado na imprensa oficial no caso de alienação, não sendo necessária publicação nos casos de usufruto ou arrendamento.
- c) Se ao alienante não restarem bens suficientes para solver o seu passivo, a eficácia da alienação do estabelecimento depende do pagamento de todos os credores e do consentimento destes, de modo expresso ou tácito, em trinta dias a partir de sua notificação.
- d) O adquirente do estabelecimento responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, em qualquer caso, continuando o devedor primitivo solidariamente obrigado pelo prazo de um ano, a partir, quanto aos créditos vencidos, da publicação, e, quanto aos outros, da data do vencimento.
- e) Estabelecimento é o conceito utilizado para definir o imóvel e a localização onde a atividade econômica é exercida pelo empresário ou sociedade empresária e onde os cliente comparecem para comprar mercadorias.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

46. O autor de uma ação de indenização por dano causado em acidente de automóveis afirma que o réu ultrapassou o sinal vermelho e colidiu com o seu carro, motivo pelo qual foi necessária a realização de diversos reparos no veículo. De acordo com a inicial, o autor afirma que o valor total do reparo foi de R\$ 150.000,00, mas não juntou aos autos o orçamento correspondente.

O réu, regularmente citado, não se manifestou.

Conclusos os autos, o juiz, verificando a tabela FIPE, constatou que o valor de mercado do automóvel do autor é de R\$ 80.000,00.

Sobre essa situação, assinale a alternativa correta:

- a) como o réu está revel, o juiz deve julgar o pedido do autor procedente na íntegra.
- b) como o réu está revel, presume-se a procedência do pedido do autor, no entanto, o juiz, analisando o caso concreto, pode entender que há elementos para que o pedido não seja julgado procedente na íntegra.
- c) a revelia não produz a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor quando as alegações do autor forem inverossímeis.
- d) como o réu está revel, presumem-se verdadeiros os fatos alegados pelo autor e, assim, presume-se que o valor dos reparos foi de R\$ 150.000,00, o que não pode ser afastado pelo juiz.
- e) a revelia não produz a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor, uma vez que se trata de ação sobre fato ilícito.

47. Omissa a sentença em relação aos honorários de sucumbência:

- a) entende-se que eles foram deferidos no patamar mínimo legal.
- b) o advogado deve postular a fixação dos honorários em sede de cumprimento de sentença.
- c) se a decisão transitar em julgado, o advogado deverá propor ação rescisória para buscar a sua fixação.
- d) o advogado deverá interpor agravo de instrumento a fim de que o Tribunal fixe os honorários.
- e) se a decisão transitar em julgado, o advogado não poderá exigir qualquer valor a esse título em sede de cumprimento da referida decisão.

48. Na ação monitória, quando a obrigação for de pagar quantia, se for evidente o direito do autor, o juiz deve expedir mandado de pagamento, concedendo ao réu prazo de 15 dias para o cumprimento e o pagamento de honorários advocatícios. Conforme prevê o CPC/2015, os honorários devem ser fixados no patamar de:

- a) 3% do valor atribuído à causa.
- b) 5% do valor atribuído à causa.
- c) 8% do valor atribuído à causa.
- d) 10% do valor atribuído à causa.
- e) 15% do valor atribuído à causa.

49. Analise as assertivas a seguir, sobre tutela provisória:

I – a tutela de evidência será concedida, dentre outras hipóteses, quando, presente a probabilidade do direito e o perigo de dano, ficar caracterizado o manifesto propósito protelatório do réu;

II – quando a tutela de urgência antecipada se estabiliza, não há formação de coisa julgada, motivo por que o juiz pode, de ofício, alterar a medida;

III – caso o juiz entenda que não há elementos para a concessão de tutela antecipada, deverá determinar ao autor que promova a emenda da petição inicial em até 5 dias, sob pena de indeferimento e de extinção do processo sem resolução de mérito.

Assinale a alternativa que aponta TODAS as assertivas corretas:

- a) I, II e III.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) I.
- e) III.

50. A respeito das regras sobre impedimento e suspeição, assinale a alternativa correta:

- a) o impedimento e a suspeição devem ser alegados pelo réu em preliminar de contestação.
- b) o juiz que for amigo íntimo de uma das partes estará impedido de atuar no processo.
- c) quando o impedimento ou suspeição for alegado em face de juiz de 1º grau, o julgamento do incidente será de competência do seu substituto.

- d) as partes podem aceitar a participação do juiz suspeito no processo, o que não se aplica ao impedimento.
- e) Quando 2 ou mais juízes forem parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, inclusive, o primeiro que conhecer do processo impede que o outro nele atue, caso em que o segundo se escusará, remetendo os autos ao seu substituto legal.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

- 51.** A respeito da aplicação da lei penal, assinale a alternativa correta.
- a) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado, sendo adotada, portanto, a teoria do resultado.
- b) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, salvo se decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- c) O dia do começo não se inclui no cômputo do prazo, e os dias, meses e anos devem ser contados pelo calendário comum.
- d) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais e extrapenais da sentença condenatória.
- e) A sentença estrangeira, quando a aplicação da lei brasileira produz na espécie as mesmas consequências, pode ser homologada no Brasil para obrigar o condenado à reparação do dano, a restituições e a outros efeitos civis.
- 52.** Thor, prefeito do Município X, por meio de suas redes sociais, divulgou que Bento, o qual havia falecido há dois meses e também era seu antigo rival, praticou o crime de estelionato, mesmo sabendo se tratar de uma imputação falsa. A conduta de Thor configura o crime de:
- a) Calúnia.
- b) Injúria.
- c) Exercício arbitrário das próprias razões.
- d) Conduta atípica.

- e) Difamação.

53. Acerca dos princípios constitucionais e gerais do Direito Penal, é correto afirmar que:

- a) Por força do princípio da insignificância não são punidos os crimes de menor potencial ofensivo.
- b) Por força do princípio da taxatividade não se pode conceber a existência de qualquer crime sem ofensa ao bem jurídico protegido pela norma penal.
- c) O princípio da humanidade proíbe a instituição de penas cruéis, como a de morte e a de prisão perpétua, mas não a de trabalhos forçados.
- d) O princípio da reserva legal veda o uso da analogia para punir o autor de um fato não previsto em lei como crime, mesmo sendo semelhante a outro por ela definido.
- e) A pena não passará da pessoa do condenado, mas a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens poderá ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas ilimitadamente.

54. José Eurípedes alterou, em parte, testamento particular. Nesse caso, José Eurípedes cometeu o crime de

- a) falsificação de selo ou sinal público.
- b) falsificação de documento particular.
- c) falsidade ideológica.
- d) favorecimento pessoal.
- e) falsificação de documento público.

55. Sobre os crimes contra a pessoa, assinale a opção correta.

Maria, após uma briga com seu namorado, tentou se suicidar por meio de medicamentos, no entanto, se arrependeu em seguida e chamou a ambulância. Ana, que tinha conhecimento da intenção de Maria de se suicidar, impediu dolosamente que o socorro chegasse e, em decorrência desta conduta, Maria veio a falecer.

Na situação hipotética, Ana responderia por:

- a) instigação ao suicídio.
- b) homicídio culposo.
- c) induzimento ao suicídio.

- d) homicídio doloso.
- e) auxílio ao suicídio.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araujo

56. Martinez foi ofendido em sua dignidade e decoro por Leandro e Francisco, sendo chamado de “babaca” e “safado”. Em se tratando de crime de injúria simples, Martinez ajuizou queixa-crime em desfavor de Leandro e Francisco. No curso do processo, o querelante se acertou com o amigo Leandro, mas ainda desejava continuar processando Francisco. Nesse caso:

- a) Martinez poderá renunciar ao direito de queixa em favor de Leandro, mas manter o processo contra Francisco
- b) Martinez poderá renunciar ao direito de queixa em favor de Leandro, mas tal renúncia se estenderá a Francisco
- c) Martinez não poderá abrir mão da ação penal privada ajuizada
- d) Martinez poderá oferecer o perdão do ofendido a Leandro, mas tal perdão se estenderá a Francisco; o direito de aceitação, porém, será individual de cada agente
- e) Martinez poderá oferecer o perdão do ofendido a Leandro, e tal perdão não se estenderá a Francisco

57. Álvaro, espanhol, praticou no Brasil um crime de extorsão. O MP ofereceu denúncia em desfavor de Álvaro, perante a 01ª Vara Criminal de Fortaleza-CE, indicando como endereço o número 600 da Rua das Flores, Fortaleza-CE. O Juízo recebeu a denúncia e determinou a citação de Álvaro no endereço indicado. Lá chegando, o Oficial de Justiça recebeu do porteiro a informação de que Álvaro não mais residia no local, tendo se mudado há seis meses, aproximadamente, e que estaria residindo no Chile, embora não se tenha o endereço exato.

Nesse caso, Álvaro deverá ser citado:

- a) Por carta precatória
- b) Por carta rogatória, dirigida ao Chile
- c) Por carta rogatória, dirigida à Espanha
- d) Por hora certa

- e) Por edital

58. Analise as hipóteses a seguir:

I – José é réu em processo criminal pela prática do delito de extorsão qualificada, e se encontra preso, na mesma unidade da federação do Juízo em que tramita o processo, por força de decisão proferida em outra ação penal;

II – André é réu em processo criminal pelo crime de roubo, e atualmente reside no estrangeiro, em local desconhecido;

III – Bruno é réu em processo criminal pelo crime de estelionato, e o oficial de Justiça certificou que o mesmo está se ocultando para não ser citado.

Será cabível a citação por edital APENAS nos casos indicados em:

- a) I
- b) II
- c) I e II
- d) II e III
- e) III

59. Alberico praticou um crime em detrimento da ANTT, autarquia federal, e uma contravenção penal em prejuízo da Caixa Econômica Federal, empresa pública federal. Havendo conexão entre as referidas infrações, a competência será:

- a) Da Justiça Federal em ambos os casos, ainda que não haja reunião dos processos
- b) Da Justiça Federal, eis que é competente para julgar o crime praticado contra a ANTT, de forma que a contravenção penal também será julgada pela Justiça Federal, em razão da reunião dos processos pela conexão
- c) Da Justiça Federal para julgar o crime contra a ANTT e da Justiça estadual para julgar a contravenção penal, não havendo reunião dos processos nesse caso
- d) Da Justiça estadual em ambos os casos
- e) Da Justiça estadual para julgar o crime contra a ANTT e da Justiça Federal para julgar a contravenção em prejuízo da Caixa Econômica Federal

60. No rito ordinário, ao final da instrução, o Juiz passará à fase das alegações finais, que serão:

- a) necessariamente escritas
- b) necessariamente orais
- c) em regra, escritas, mas poderá o Juiz determinar sua apresentação de forma oral em audiência.
- d) em regra, orais, em audiência, mas poderá o Juiz, considerada a complexidade do caso ou o número de acusados, determinar a apresentação por escrito, no prazo sucessivo de 10 dias.
- e) em regra, orais, em audiência, mas poderá o Juiz, considerada a complexidade do caso ou o número de acusados, determinar a apresentação por escrito, no prazo sucessivo de 05 dias.

Preencha seu gabarito

<https://bit.ly/TJ-CE-Oficial-de-justiça-05-06>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>